

miuseal



NUCLEOS MUSEOLOGICOS
Que sustentabilidade?

Quemada

Título

MUSEAL – Revista do Museu Municipal de Faro N.º 4 – “Núcleos museológicos. Que sustentabilidade?”

Edição

Câmara Municipal de Faro / Departamento de Cultura e Património / Museu Municipal de Faro

Presidente da Câmara

José Apolinário

Vice-Presidente

Augusto Miranda

Departamento de Cultura e Património

Conceição Pinto

Divisão de Museus / Direcção da MUSEAL

Dália Paulo

Investigador responsável

Rui Parreira

Conselho Científico

António Nabais

Clara Camacho

João Brigola

José d'Encarnação

Rui Parreira

Textos

Alexandra Gradim

Clara Frayão Camacho

Cláudio Torres

Dália Paulo

Graça Filipe

Hugues de Varine

João Alpuim Botelho

José d'Encarnação

José Gameiro

Pedro Prista

Rui Parreira

Design

Sandra Guerreiro – Museu Municipal de Faro

Logotipo

Ideias em Baú, Comunicação Marking, LDA

Tradução

Luís Santos - Museu Municipal de Faro e Ruth Gale

Impressão

Gráfica Comercial

Depósito Legal 242162-4202

ISSN 1646-4202

Data

Setembro de 2009

Tiragem

500 exemplares



FICHA TÉCNICA



CLÁUDIO TORRES

Campo Arqueológico de Mértola.

Email: torresclaudio@sapo.pt

Museus, Território e Desenvolvimento

Toda a sociedade, qualquer comunidade, procura guardar, proteger os seus bens mais preciosos, as provas e documentos identitários, os objectos e artefactos portadores de uma marca ou sinal da memória colectiva. Este local pode e deve ser o museu. Um espaço sacralizado capaz de concentrar e sintetizar a alma de um sítio ou território, capaz de dignificar o carácter mais profundo de uma comunidade. O gesto que transforma o insignificante pedaço de barro ou a pequena fivela em objecto de cultura, em peça sacralizada, é um gesto demiúrgico, um acto de afirmação colectiva que reforça a auto-estima e o orgulho local. Mais significativo se torna o museu local quando este se fracciona em vários núcleos temáticos e quando estes, gradativamente, vão incluindo áreas de protecção, vias de acesso, portas e poiais, toda uma população interessada, conivente e solidária.

O turismo é hoje em todo o mundo uma das maiores actividades empresariais, envolvendo nos seus negócios todo o género de estruturas económicas, industriais e culturais. É um fenómeno que, embora não seja uma novidade muito recente, teve uma difusão quase explosiva nos últimos vinte anos. Não é de agora o conceito de viajar. Foi da mobilidade, da troca de experiências e de culturas que surgiram os contactos humanos fundamentais para a construção dos sistemas filosóficos e ideológicos que tentaram e tentam compreender o homem e explicar o mundo. Foi a olhar e a perceber o outro que se quebraram os muros erguidos em torno das primeiras comunidades humanas, sempre desconfiadas e fechadas sobre si próprias. Essa convivência entre povos começou com a troca de mercadorias, com o comércio, onde não podemos deixar de ver uma componente lúdica, que podemos hoje incluir na postura turística, na sua valência cultural. O indivíduo, ao viajar para trocar ou vender mercadorias, já vê o outro não como um estranho e um inimigo, alguém a dominar ou a escravizar depois de vencido no campo de batalha, vê-o antes como cliente, com quem é obrigado a dialogar. E ao haver diálogo há contacto, há troca de ideias e de conhecimentos. É essa dinâmica do comércio que, potenciando o intercâmbio de artefactos, de técnicas e de ideias, permitiu generalizar um dos mais sólidos fundamentos

do género humano que é sem dúvida a sua capacidade de adaptação e de miscigenação.

Daí a importância do turismo, visto não apenas como gestão hoteleira sol-e-praia, com a qual é demasiadas vezes confundido, mas, pelo contrário, como um fenómeno determinante na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. De um novo conceito de turismo e, de certa forma, respondendo à massificação e às pressões globalizantes, está a nascer uma nova atitude que, tudo o leva a crer, poderá transformar definitivamente o futuro desta actividade: a descoberta recente dos espaços marginais, das micro-culturas, deve contribuir para a salvaguarda das suas identidades. Com a pesquisa, sempre renovada, de novos mercados, nasceu primeiro a curiosidade e a procura do que é diferente, e ultimamente afirma-se a descoberta das valências culturais que individualizam aquela região, aquele local, em relação a todos os outros.

Nos finais dos anos 60, algumas elites urbanas, enfasiadas das suites dos hotéis, começaram a sonhar com o exótico, lançando-se à procura de sítios estranhos, que nunca tinham sido tocados pela civilização, nem consumidos por outros olhares encandeados pelo néon citadino. Hoje, esse olhar não esmoreceu. Continuam apelativos e rentáveis os programas de lazer em paraísos tropicais, onde nos esperam sorridentes e submissos indígenas prontos para todo o serviço. E no entanto, é sensível uma viragem e sobretudo uma nova postura do turista, uma outra forma de olhar contaminado por uma certa cultura antropológica. Com um renovado espírito de aventura, de mochila às costas, começa a fazer notar-se a procura do insólito ali mesmo ao lado, para lá do asfalto, num velho caminho abandonado ou numa aldeia esquecida. Começa a notar-se como que uma introspecção, um esforço de aprendizagem na forma de olhar o que está mais perto. Descobre-se a novidade dentro de nós próprios. As zonas marginais de um interior despovoado, os seus habitantes, as minorias, os pequenos grupos excluídos do progresso, o que resta de diferente, de teimosia, num mundo rural em acelerado abandono. Devido à litoralização do nosso país, em busca do progresso a qualquer preço, o mundo rural foi considerado degradante e votado ao abandono. O camponês, essa figura de cultura e saber milenar, construtor da civilização e da paisagem mediterrânica, hábil gestor da biodiversidade, passou a ser friamente catalogado pela Política Agrícola Comum abaixo do lince ibérico e, como ele, condenado à extinção.

Aparentemente, toda a gente pensava conhecer o país. Vindo de Lisboa, já viajara ao Porto e a Faro. Mas de repente avista, aqui e ali, pequenos recan-

tos onde sobrevive a vida rural, vales insuspeitos onde ainda se trabalha a terra, humildes lameiros onde se mantém o equilíbrio milenar entre a paisagem e o homem.

Hoje, o interior do país não tem, não pode e não deve ter um tipo de desenvolvimento industrializante como o que poluiu as periferias urbanas do século passado. Por inércia e esquecimento, passou ao lado da revolução industrial, que, em alguns locais, teve resultados devastadores no equilíbrio ecológico. O interior rural, apesar do abandono, pode ainda beneficiar actualmente das suas referências culturais, onde naturalmente se destaca o património ambiental, edificado e arqueológico. A descoberta acidental de um artefacto, a curiosidade despertada pela simples valorização de uma ruína, a decapagem de uma pintura mural, pode despoletar um movimento de identificação colectiva. Pode ser uma capela, um orago milagreiro, uma festa, um ritual, uma tradição, a condensar a alma adormecida de uma comunidade. Quase sempre, num processo de simbiose cultural, esses sentimentos identificadores transitam do objecto sacralizado para o local. Seja a fonte de águas santas, seja o penedo das moursas mais ou menos encantadas, sejam as pedras alçadas de uma anta, todos sofrem um processo de ressacralização que beneficia as referências culturais e, portanto, a sua ancoragem na memória do sítio.

Com uma pequena investigação, com um levantamento arqueológico, com a integração num circuito, começam, por vezes e quando menos se espera, a ser criadas algumas expectativas de enraizamento para a nova geração.

A maioria da população alentejana já partiu. A geração de 60 e 70 emigrou para a zona industrial de Lisboa onde muito poucos conseguiram melhorar a sua vida. Podem ter alcançado inicialmente uma maior capacidade de consumo que, no entanto, tem sido anulada pela crescente degradação que invadiu os dormitórios urbanos. Começa a fazer-se sentir uma espécie de sonho, de regresso às origens, não apenas entre os reformados mas também – e esse é o facto mais revelador – entre a segunda geração, para quem, muitas vezes, não se trata de um regresso mas de uma viagem definitiva às raízes do esquecimento.

Estes fenómenos estão relacionados com uma certa transformação da sociedade, com uma nova visão ecológica do mundo, ou de ecologia política, que pode ser – e vai ser com certeza – geradora de consequências imprevisíveis.

Aparentemente, este facto não está a passar despercebido às estruturas empresariais de turismo, sempre atentas, como é natural, às mais leves aragens que atravessam a selva do capitalismo selvagem onde estamos mergulhados. O turismo de natureza e o turismo rural são já um sintoma e uma antevisão

desta vaga, ainda tímida e intelectualizada, de pessoas que se querem mudar para o interior e que o farão seguramente, amanhã ou durante os próximos dez anos. Começam por se deslocar nos fins-de-semana, depois passam a ter uma casa secundária e, tal como já aconteceu noutros países europeus, começam a transformar este refúgio em habitação principal. Com as rápidas vias de acesso e as possibilidades crescentes de aceder a um teletrabalho, o jovem quadro ou o livre profissional pode viver com mais qualidade em zonas do interior e manter-se ligado, quanto basta, à grande cidade. Este fenómeno, certamente imparável, obriga-nos por outro lado a tomar necessárias medidas de prevenção em defesa das áreas rurais mais sensíveis, das suas valências culturais, das suas memórias, do seu património construído, arqueológico e imaterial. Muitas vezes, senão quase sempre, é nestes territórios que se guardam e preservam as marcas e os símbolos da nossa própria identidade.